

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

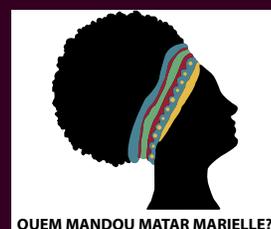
InformANDES

Informativo

Nº 106

Brasília (DF)

Julho de 2020



ENSINO REMOTO EM SUBSTITUIÇÃO AO PRESENCIAL?



O mês de julho termina com mais de 90 mil vidas ceifadas pelo novo coronavírus e pela opção política do governo federal e dos governos estaduais e municipais em garantir os lucros e a circulação de mercadorias, em detrimento das vidas. Certamente, o número de mortos e infectados é muito superior ao oficial, dada a subnotificação existente no país. Nesse cenário, o Brasil entra para o topo da lista dos países que pior lidaram com a pandemia, investindo menos do que devia em saúde pública, testando absolutamente aquém da necessidade, banalizando a morte e priorizando a reabertura, nada gradativa, mesmo com a alta no número de mortos.

Ao mesmo tempo, o país que investiu pouco no controle, bate recorde nos números de desemprego, subemprego, *uberização* do trabalho, ampliando muito a exploração e o sobretrabalho, numa insistente tentativa de impor um “novo normal”, que de “normal” só tem a já histórica e tradicional exploração do capital sobre a classe trabalhadora.

Mas também se intensificam as reações, sejam nos “breques” dos trabalhadores de aplicativos, seja no anúncio de greve de professores, que se recusam a retornar presencialmente ao trabalho, ou ainda na greve do metrô de São Paulo.

No âmbito do ensino superior público, o “novo normal” parece legitimar a tentativa de imposição do trabalho e do ensino remoto em substituição ao pre-

sencial. Longe de ser uma tentativa de dar respostas e atender às demandas de uma realidade absolutamente excepcional, as instituições de ensino, alicerçadas no projeto do capital para a educação, aprimoram suas ações de aligeiramento da educação, tentativa de certificação em larga escala, ampliação do ensino a distância e a consequente reelitização do ensino superior público, com a exclusão de milhares de jovens de origem popular; pessoas com deficiência; indígenas, quilombolas; ribeirinhos, entre outros, que “teimaram” em adentrar nas instituições de ensino, forçando uma alteração na exclusão estrutural das classes populares de políticas públicas de qualidade.

Talvez a maior expressão desse processo de desvalorização da educação superior pública seja as constantes mudanças no Ministério da Educação, sempre sob o comando de um ministro desqualificado para o cargo, com ideias anticência e/ou de base privatista e religiosa, demonstrando para onde este governo quer que caminhe a educação no Brasil. Linhas estas que foram a marca do novo projeto do “Future-se” enviado ao Congresso Nacional pelo ex-ministro da Educação, que agora foi confirmado para um cargo no Banco Mundial, explicitando seu alinhamento com o projeto do capital.

Neste momento, junto com a luta pela garantia do isolamento social, pelo não retorno do setor da educação ao ensino presencial, também lutamos para dizer o que estamos fazendo nas instituições

de ensino, a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão e o que mais podemos fazer. Não para dar uma aparência de normalidade à realidade excepcional imposta pela COVID-19, mas para mostrar que já fazemos muito e que podemos fazer mais, sem naturalizar a morte, a precariedade das condições de vida, os desequilíbrios emocionais provocados por essa realidade de morte, medo e insegurança. Assim, mais uma vez, ousamos afirmar que o ensino remoto em substituição ao presencial não atende ao projeto de educação pública de qualidade que defendemos.

Temos que questionar essa tentativa de adaptar-se ao “novo normal” sem diálogo devido com a comunidade acadêmica, uma imposição autoritária pela maior parte das gestões das instituições de ensino, sem garantia de estrutura para o desenvolvimento do trabalho por parte dos docentes, reduzindo a situação dos estudantes à questão do acesso à tecnologia, sem questionar a subordinação às grandes plataformas dos conglomerados da tecnologia, ampliando, assim, a apropriação privada do fundo público. A *uberização* do trabalho, a terceirização das funções, a degradação das condições de trabalho, a desvalorização da função do professor e o desmantelamento do sentido pleno da educação como fazer dialógico devem ser questionados, estranhados e desnaturalizados, de forma a gerar resistência e luta na defesa da educação pública de qualidade.

#FIQUE EM CASA

BASTA BOLSONARO E MOURÃO!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

"Canção Óbvia"

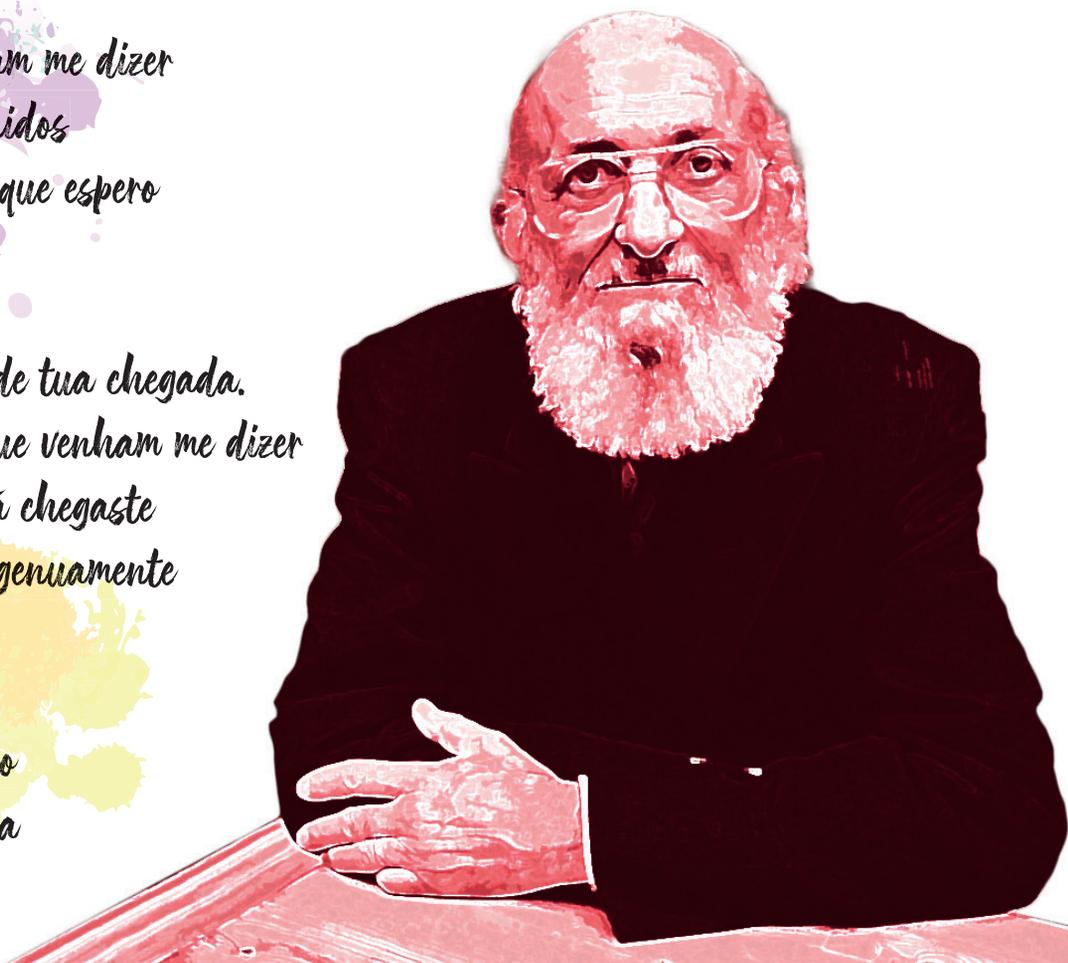
Poesia escrita por Paulo Freire quando estava exilado na Suíça, na década de 70

“Escolhi a sombra de uma árvore para meditar
no muito que podia fazer enquanto te esperava
quem espera na pura esperança
vive um tempo de espera qualquer.

Por isso enquanto te espero
trabalharei nos campos e dialogarei com homens,
mulheres e crianças
minhas mãos ficarão calosas
meus pés aprenderão os mistérios dos caminhos
meu corpo será queimado pelo sol
meus olhos verão o que nunca tinham visto
meus ouvidos escutarão ruídos antes despercebidos
na difusa sonoridade de cada dia.

Desconfiarei daqueles que venham me dizer
à sombra daquela árvore, prevenidos
que é perigoso esperar da forma que espero
que é perigoso caminhar
que é perigoso falar...
porque eles rechacem a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que venham me dizer
à sombra desta árvore, que tu já chegaste
porque estes que te anunciam ingenuamente
antes te denunciavam.

Esperarei por ti como o jardineiro
que prepara o jardim para a rosa
que se abrirá na primavera.”



Breque dos apps: revolta contemporânea, expoliação tradicional

Trabalho precarizado transforma presença constante nas ruas em estratégia de mobilização



Foto: Shutterstock

O dia 1º de julho ficará marcado na história das lutas recentes como a data de uma mobilização inédita, que, também, consolidou a ocupação do espaço público por quem dele não conseguiu se afastar durante o isolamento social recomendado como forma de prevenção à Covid-19. Da mesma forma, o dia 25 de julho, um sábado, mostrou o alcance do movimento que ficou conhecido como "breque dos apps".

Precarizados por definição, onipresentes nas ruas por falta de opção, entregadores que atuam por demanda dos aplicativos, ao contrário de diversos segmentos que conseguiram manter suas ocupações e renda permanecendo em casa, continuaram trabalhando nas ruas. Enquanto aumentou o volume de pedidos de comida e outros itens, para que as pessoas não precisassem sair de

casa, paradoxalmente, os entregadores viram a diminuição dos seus rendimentos e dos níveis de segurança e de proteção.

Com o crescente desemprego, houve aumento dos chamados 'empreendedores de si mesmos'. Como pontua o sociólogo e professor da Universidade de Campinas (Unicamp), Ricardo Antunes, são operárias e operários do trabalho digital, que sabem quais são as suas metas e que têm que cumpri-las.

Esse exército de mão de obra está mais suscetível à crueldade do mercado que, quando conta com muitos dispostos a trabalhar, sabe que pode pagar menos, sobrepondo a lei da oferta e da procura à dignidade dos trabalhadores. E esses indivíduos, que não puderam se retirar das ruas no momento da pandemia, então a tomaram, brechando suas motos e carros para colocar em pauta suas reivindicações.

São demandas básicas, como alimentação; água; banheiro; valor mínimo por hora trabalhada, pagamentos recebidos e quilômetro rodado; fornecimento de equipamentos de segurança e EPIs; afastamento remunerado por motivos de saúde; vínculo empregatício; fim dos bloqueios injustificados nas plataformas; clareza nas regras de pontuação e avaliações.

Com essa pauta, os entregadores refutam os discursos de auto-empresendedorismo, flexibilidade e autonomia e resistem ao aprofundamento do neoliberalismo, que busca derrubar limites ainda existentes à exploração máxima da força de trabalho pelo Capital. Ao longo dos últimos anos, assistimos ao desmonte da legislação trabalhista brasileira, além do enfraquecimento e tentativa de extinção dos diferentes órgãos de fiscalização e proteção do trabalhador.



FOTO: SHUTTERSTOCK

A manifestação dos entregadores por aplicativos deu visibilidade à essa exploração e espoliação de direitos e contou com relevante apoio da sociedade, movimentos sociais, pastorais, sindicatos e artistas, que além de manifestar-se nas redes sociais, não utilizaram os aplicativos nos dias 1 e 25 de julho e ainda avaliaram mal as plataformas. Até mesmo donos de restaurantes e outros estabelecimentos boicotaram os serviços das plataformas digitais.

Para Ricardo Antunes, vivemos o século do mundo maquinico, que afetou profundamente o universo do trabalho. "As empresas se horizontalizaram, o que terceirizou e desregulamentou totalmente as condições laborais, fragmentando a classe operária com o propósito, justamente, de desmembrar a luta da classe trabalhadora", explica.

Ele destaca o setor de serviços, onde houve a decomposição do "operário massa", sendo substituído pelos colaboradores individualizados, que recebem conforme a produção. "Esse *infoproletariado* ou *cybertariado* é uma massa de trabalhadoras e trabalhadores sempre disponíveis para o Capital.

Trata-se da mais pura extração de mais-valia", resume.

Embora não possam prescindir do entregador, o valor arrecadado pelas empresas de aplicativo ultrapassa a hiperexploração da mão de obra para envolver outros ativos, como a construção de um banco de dados pessoais capaz de gerar lucro pela possibilidade preditiva dos hábitos e das necessidades do público consumidor, de resto considerada a maior riqueza da chamada 'nova economia'. O trabalho dos algoritmos dessas plataformas, assim, é precarizar ao limite as condições de trabalho, enquanto obtém a maior quantidade possível de informações de seus usuários.

"O capitalismo de plataforma é uma espécie de protoforma do capitalismo. O trabalho digital se fundamenta na acumulação primitiva, sendo a espoliação digital uma nova face da espoliação colonial, ou, em suma, escravidão digital", afirma Ricardo Antunes. "Esse novo proletariado, desregulamentado, intermitente, terceirizado, dependente e precarizado tem sido importante nas atuais revoltas", conclui.

Pesquisa realizada pelo GT Trabalho Digital/Remir (**Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista**) da Unicamp sobre as condições laborais dos entregadores de plataformas digitais no Brasil - especialmente iFood, Uber Eats, Rappi e Loggi - levantou dados a respeito de rendimento, tempo de trabalho, medidas de proteção e rendimentos, obtendo que, durante a pandemia, 72% dos respondentes passaram a auferir até R\$ 520,00 semanais; antes, esse teto atingia 47% dos entregadores, tendo havido portanto, redução de ganhos para 25% dos respondentes. Houve, ainda, aumento de 100% daqueles que receberam R\$ 260,00 por semana. Mais de 60% declararam trabalhar mais do que 9 horas por dia; e quase 8% mais do que 15 horas diárias; 78% dos entregadores trabalham 6 ou 7 dias por semana.

MEC se consolida como inimigo da Educação

Ineficiência, aparelhamento ideológico e troca-troca marcam o MEC sob governo Bolsonaro

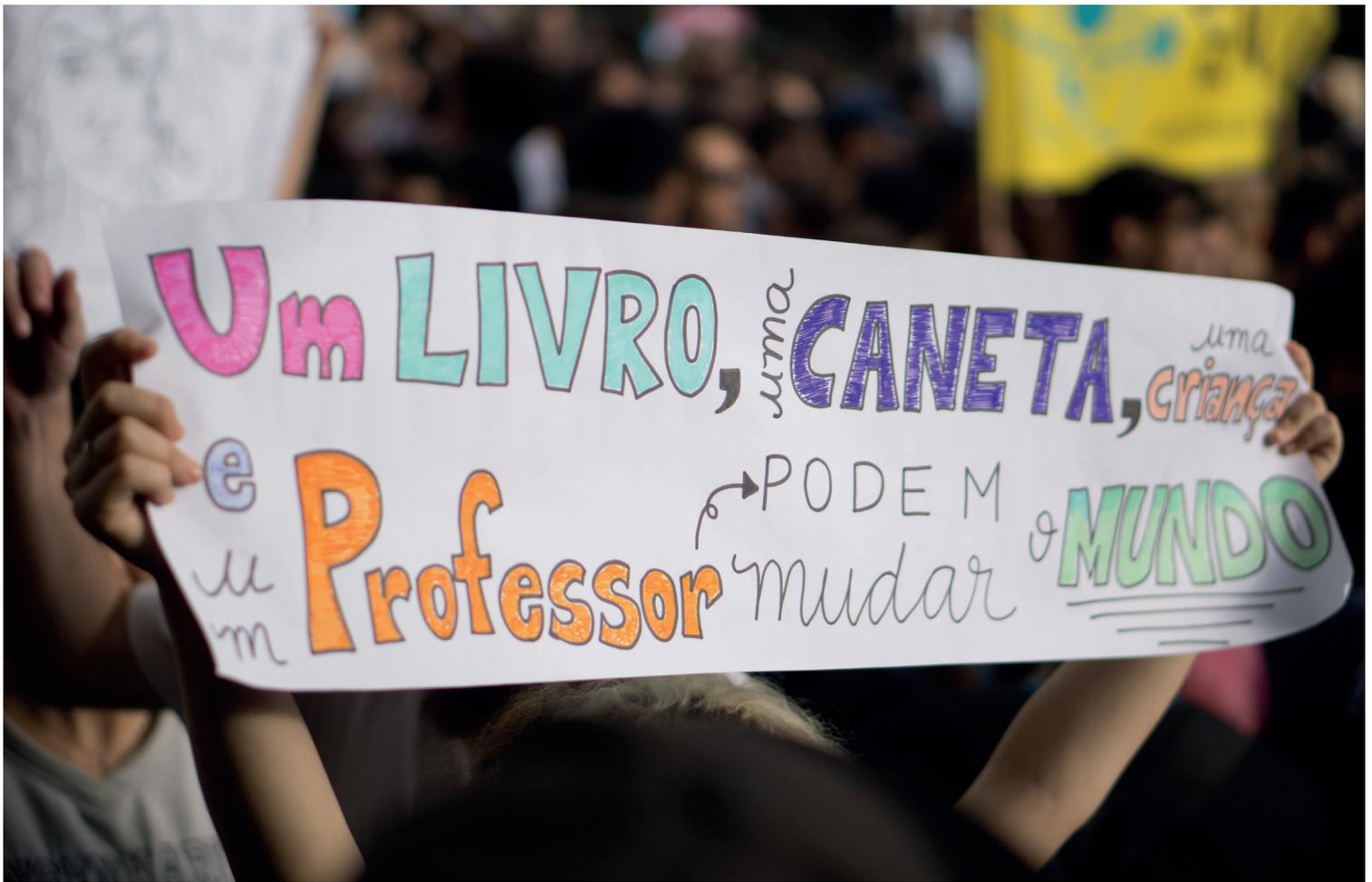


Foto: Shutterstock

Há um ano e sete meses sob o comando do atual governo, o Ministério da Educação (MEC) ganhou seu quarto ministro. No dia 10 de julho, Jair Bolsonaro nomeou o professor e pastor Milton Ribeiro para estar à frente da pasta. O último, Carlos Alberto Decotelli, teve uma passagem relâmpago pelo MEC, no mês de junho, e não chegou a tomar posse, após ser acusado de inserir informações falsas em seu currículo *Lattes*.

O MEC tem sido objeto de disputa ideológica dentro do governo Bolsonaro e cada ala - olavista e militar - insiste em emplacar seu indicado, um que atenda sua agenda anticência, conservadora e privatista. Ataques à autonomia das universidades, institutos federais e Cefet, discursos contra o pensamento crítico, o conhecimento científico, contingenciamento de recursos das instituições de ensino superior (IES) públicas e o incentivo à ampliação do ensino superior privado fazem parte do legado bolsonarista, desde janeiro de 2019.

Devido às polêmicas que envolveram os ministros que passaram pelo cargo, a pasta tem sido alvo constante de críticas e manifestações de várias entidades ligadas à educação, entre elas o ANDES-SN, que entendem que apesar das divergências pontuais, ambas as alas estão unidas na agenda de ataques à educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

‘Deus me ajude’

O quarto indicado e atual gestor do MEC, Milton Ribeiro não tem nenhuma experiência no setor público e, apesar da garantia constitucional do Estado laico, se posiciona em uma perspectiva fundamentalista. Pastor da Igreja Presbiteriana, Ribeiro é ligado ao setor privado da educação, foi vice-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e é membro do Conselho Deliberativo do instituto Presbiteriano Mackenzie, entidade mantenedora da universidade. No ano passado, foi nomeado para a Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Declarações em vídeos e redes sociais do novo ministro de que novas universidades ensinam “sexo sem limite”, a minimização do feminicídio e da violência de gênero e, ainda, sua defesa de castigo físico para crianças no ensino causaram surpresa e reações de repúdio de entidades que defendem a educação pública e da sociedade em geral. No dia da sua posse, encerrou o discurso pedindo ajuda a Deus.

De acordo com Elizabeth Barbosa, uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN, o ataque à educação pública não é algo novo e, desde a década de 1990, o grande Capital avança de forma mais acelerada no seu objetivo de transformação da educação pública em mercadoria.

“Vivemos uma intensificação dos ataques à educação pública, iniciados na década de 90. E, agora, nos deparamos com um governo de extrema direita, misógino, racista, genocida, negacionista, com uma pauta anticência, ideológica, conservadora, privatista, dando segmento para essa perspectiva mercadológica

da educação pública. Um exemplo é o Future-se, um projeto com teor meritocrático e mercadológico, se encontra [no Congresso Nacional] em sua quarta versão e que reforça a perspectiva de mercado, para adequar a educação ao ajuste fiscal da Emenda Constitucional 95 [Teto dos Gastos]”, explica a docente.

Future-se

Sem diálogo com a comunidade acadêmica, o segundo ministro indicado por Bolsonaro, Abraham Weintraub, lançou no ano passado o Future-se que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades, institutos federais e Cefet de todo o país. O programa veio logo depois do contingenciamento de 30% do orçamento das universidades e institutos federais e foi uma tentativa de forçar as instituições a aderirem à proposta. [Veja Box]

Em um ano e dois meses de gestão, Weintraub promoveu inúmeros ataques às instituições de ensino superior públicas, fez declarações xenofóbicas e racistas, incentivou a perseguição aos docentes em sala de aula, bloqueou bolsas de mestrado e doutorado oferecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), interferiu nos processos de consulta à comunidade universitária para eleição de reitores, entre outras medidas.

“Dentro das universidades, institutos e Cefet nós estamos vivenciando há mais de um ano a retirada da nossa autonomia, a imposição do governo em não respeitar inclusive as nossas elei-

ções internas para reitores e de nomear pessoas que sequer faziam parte da lista tríplice”, ressaltou Elizabeth.

Os desgastes, somados à repercussão do episódio no qual Weintraub chamou ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de “vagabundos”, resultaram em sua saída. Antes disso, neste ano, em meio a pandemia de Covid-19, o ex-ministro publicou instruções normativas que retiram benefícios como auxílio periculosidade e insalubridade dos salários dos servidores públicos federais na adoção do regime de teletrabalho, que interferem na apresentação de plano de trabalho e, também, portarias que autorizam a substituição das disciplinas presenciais por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação por ensino a distância.

“O ANDES-SN tem batalhado pela suspensão do calendário acadêmico deste ano e que a universidade se coloque para a comunidade e, internamente, a partir do ensino, da pesquisa e extensão. O ensino remoto é excludente, elitista, misógino e racista e vai ao encontro do que o grande Capital defende. Além disso, ele ainda traz sérios impactos na saúde mental dos docentes”, afirmou a diretora do Sindicato Nacional.

‘Não existe universidade para todos’

Indicado por Olavo de Carvalho, o primeiro ministro da Educação do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodrigues, também acumulou, ao longo de sua gestão de três meses, declarações polêmicas e uma série de medidas

atrapalhadas que colocaram as pautas da educação pública em risco.

Em entrevista a um jornal, Vélez afirmou que não existia “a ideia de universidade para todos”, e que esse é um espaço que deveria ficar restrito à elite intelectual. Em outra ocasião, declarou que pretendia mudar a forma como o golpe de 1964 e a ditadura militar são retratados nos livros didáticos, “para dar uma visão mais ampla da história”.

Na sua curta gestão, Vélez extinguiu secretarias importantes, criou um órgão de fomento a escolas militares, demitiu mais de 20 pessoas, 10 do alto escalão do ministério. As demissões e indefinições da pasta colocaram em risco o andamento de importantes projetos, como o Enem.

Segundo a coordenadora do GTPE, o presidente Jair Bolsonaro e seus ministros travam, desde o ano passado, uma guerra contra as IES públicas com inúmeras tentativas de macular a imagem e o prestígio das instituições para beneficiar o ensino privado no país. “Enfrentamos um momento difícil no qual não podemos estar nas ruas e nos encontros presenciais, por conta do isolamento social. Estamos, das nossas casas, denunciando através da internet a cada dia um novo ataque desse governo e como responder a eles, mantendo os nossos princípios e a defesa de uma educação pública, gratuita, laica. Essa tem sido nossa luta diária e não tem sido fácil”, afirmou. Para ela, independente do ministro indicado ao MEC, a sua agenda de ataques à educação pública brasileira será a mesma.

Lançado pelo ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, em julho de 2019, o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se foi apresentado como uma “ponte para o futuro”. Na época, o ANDES-SN se posicionou contra o projeto devido ao seu teor meritocrático e mercadológico e, também, questionou o desrespeito à autonomia universitária e a falta de garantia de financiamento público do ensino superior no programa.

No dia 27 de maio, em meio à interrupção das aulas presenciais por causa da pandemia da Covid-19, a quarta versão do Future-se foi enviada a Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei (PL) 3076/2020 estabelece que cada instituição poderá firmar um contrato, com intermediação do MEC, em que serão definidos resultados a serem alcançados em diversas áreas, como pesquisa. Se os objetivos forem alcançados, a universidade receberá recursos

adicionais da Educação e terá preferência na concessão de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O ANDES-SN, desde então, tem se posicionado contra o Future-se e realizado atos e campanhas contra o programa. O Sindicato Nacional elaborou um material com 20 motivos que apontam os perigos do programa Future-se, que busca mercantilizar e privatizar o ensino público.

Ensino remoto na Educação Básica revela exclusão e precarização do ensino



Foto: Shutterstock

O ensino remoto tem sido adotado por escolas do Ensino Básico da rede pública e privada de todo o país no período de suspensão das aulas presenciais em função da Covid-19. Mesmo com a pandemia, o MEC manteve, para este ano, a obrigatoriedade de 800 horas para o ano letivo nas escolas. A Educação Básica compreende três etapas do ensino: Infantil, Fundamental e Médio.

Imposto por muitos governadores e prefeitos, o ensino remoto tem revelado barreiras nos processos de ensino e aprendizagem. A falta de internet e equipamentos adequados, somados à realidade financeira das famílias e aos efeitos psicológicos do isolamento social e, ainda, às mortes causadas pelo novo coronavírus - frequentes na vida de alunos e professores - trazem danos irreparáveis para o ensino por parte dos professores e aprendizagem de estudantes e suas famílias.

Assim como os adultos, as crianças tiveram suas rotinas brutalmente alteradas diante da nova realidade imposta. A cartilha “Crianças na pandemia Covid-19”, publicada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), revelou que entre as reações emocionais e alterações comportamentais frequentemente apresentadas pelas crianças durante a pandemia, destacam-se: dificuldades de concentração, irritabilidade, medo, inquietação, tédio, sensação de solidão, alterações no padrão de sono e alimentação.

Entidades ligadas à Educação Básica defendem que o ensino remoto não é adequado, pois os alunos ainda precisam desenvolver autonomia, capacidade de concentração e autodisciplina que a modalidade requer. As atividades repassadas pelas escolas aos alunos exigem tempo e dedicação não somente das crianças, mas também de um adulto que as auxilie.

De acordo com Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, a pandemia da Covid-19 explicitou, nos últimos meses, a desigualdade social no país e expôs a situação de vulnerabilidade de muitos estudantes brasileiros.

“A manutenção de aulas remotas sem que haja condições objetivas adequadas para desenvolvê-las é impor um projeto absolutamente excludente, aligeirado e sem qualidade. A alternativa seria preparar as escolas públicas para esse desafio, através da inclusão digital de alunos, técnicos e docentes; construção de plataformas públicas de acesso; qualificação de trabalhadores para o desenvolvimento de tarefas remotas e avaliação continuada do processo. Do mesmo modo, prepará-las para o período pós-pandemia. Fazer de qualquer jeito é ruim para a educação pública e não interessa para o conjunto da sociedade”, disse Gonçalves.

Falsa normalidade

Diante das tentativas do governo federal de difundir uma falsa sensação de normalidade em meio a uma conjuntura de incertezas, muitas escolas particulares saíram na frente e implantaram o ensino remoto. “Houve intensa pressão de entidades privadas pelo ensino remoto, seja no ensino fundamental, médio, técnico-tecnológico e superior, porque entendem a educação como uma mercadoria e o lucro como prioridade, a despeito da qualidade do processo de ensino-aprendizagem”, afirmou o presidente do Sindicato Nacional.

Nessa corrida, as escolas da rede pública, pressionadas pelo MEC, tentam em muitos estados e municípios impor, a todo custo, o ensino remoto. Muitos dos estudantes da rede pública não têm acesso à tecnologia ou à internet em suas residências, diferente dos tantos que estudam na rede particular.

Segundo uma pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), divulgada em maio deste ano, 61% dos domicílios no Brasil não têm acesso a computadores ou *tablets* e 29% não dispõem de internet. Pelo recorte socioeconômico, enquanto 95% domicílios da classe A possuem algum tipo de computador, eles estão presentes em apenas 44% dos domicílios da classe C e 14% dos domicílios das classes D e E. Desde 2016, há uma queda na presença desses dispositivos nos domicílios brasileiros.

No que se refere à conexão domiciliar, mais de 20 milhões de residências não possuem internet, realidade que afeta especialmente a região Nordeste (35%) e famílias com renda de até 1 salário mínimo (45%). Outra pesquisa, realizada pelo mesmo Comitê, avaliou especificamente o acesso dos estudantes à internet e às tecnologias. O estudo apontou que 39% dos estudantes que não têm acesso a computadores ou *tablets* são de escolas públicas urbanas.

Estudantes com deficiência

No caso dos estudantes com deficiência, o ensino remoto representa novas barreiras à continuidade dos estudos e tem sobrecarregado familiares ou cuidadores, que são responsabilizados por criar soluções de acessibilidade e adaptações de material para que as crianças

possam acompanhar a turma. O Censo Escolar 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), divulgou que há 1,2 milhão de estudantes com deficiência na Educação Básica brasileira.

Segundo um estudo do CGI.br sobre acessibilidade de tecnologias da informação por pessoas com deficiência no Brasil e América Latina, o uso de tecnologias por brasileiros com deficiência é inferior ao da população sem deficiência. Em 2016, apenas 23% das pessoas com deficiência usavam computador, enquanto essa proporção era quase o dobro (41%) entre as pessoas sem deficiência. A falta da inclusão digital para pessoas com deficiência limita o acesso à educação de qualidade e afeta o bem-estar e a garantia de direitos fundamentais.

“O ANDES-SN tem pautado a sua luta no combate a todas as formas de opressão, que estruturam o sistema capitalista. O capacitismo é uma opressão que se expressa nitidamente nesse caso e deve ser combatido. Estruturar nossas escolas públicas pressupõe garantir a acessibilidade, sem exclusão, ainda mais em tempos de pandemia. Qualquer ‘solução’ excludente não nos interessa”, considerou Antonio.

Em alguns estados

Mais de 4 milhões de alunos estão matriculados no Ensino Fundamental e Médio de escolas da rede estadual de São Paulo. Desde o dia 27 de abril, as aulas estão sendo realizadas pelo ensino remoto. Uma pesquisa feita pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), divulgada em 9 de junho, apontou que apenas 42% dos estudantes têm frequentado as aulas online em toda a rede estadual paulista. As informações foram coletadas voluntariamente de professores da rede estadual de ensino entre 21 de maio a 8 de junho.

Já no Distrito Federal, uma pesquisa realizada pelo Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), entre os dias 21 e 31 de maio, constatou que 26,27% dos 460 mil estudantes da rede pública de ensino não têm nenhum equipamento de uso digital em casa para assistir as aulas e 27,71% dos estudantes não têm conexão com internet nas suas casas. Somados, são 247 mil alunos

com barreiras tecnológicas para o ensino remoto. Ainda neste período da pesquisa, 57,90% deles, 265 mil, não assistiram às teleaulas. O DF instituiu atividades remotas no início da pandemia e retomou o calendário oficial para o ensino básico no dia 13 de julho.

Segundo Antonio Gonçalves, a baixa adesão ao ensino remoto traz a compreensão de que há uma grande proporção de estudantes excluídos desse processo. “Os dados que nos chegam informam que a participação dos alunos nas atividades remotas é muito baixa e a evasão tem sido muito alta. Não podemos desconsiderar esses aspectos perniciosos de conduzir a política educacional sem zelo e sem compromisso com a qualidade”, disse.

Para o presidente do ANDES-SN, é impossível assegurar inclusão na educação, de fato, quando se anula as diferenças. “As consequências futuras apontam no sentido da intensificação desses danos, tanto na qualidade da educação, que tende a piorar, quanto no acesso e permanência dos estudantes, ainda no aumento do adoecimento de trabalhadores em educação, consequência da precarização. Alertamos que o ensino remoto substitutivo do presencial faz parte do projeto do Capital para a educação, que intenciona torná-lo permanente após o período da pandemia”, finalizou.

Menos de um terço dos professores da Educação Básica avalia o ensino remoto como uma experiência positiva. O levantamento “A situação dos professores no Brasil durante a pandemia”, desenvolvido pelo portal Nova Escola, foi realizado através de um questionário online, entre os dias 16 e 28 de maio. 30% dos que responderam classificaram a experiência com o ensino remoto como péssima ou ruim. 33% dos professores consideraram razoável, 27% boa e apenas 5% atribuíram nota 9 e 10 para o ensino remoto. Foram coletadas 8.121 respostas de professores.

Propostas de adoção de ensino remoto podem aprofundar desigualdades na Educação pública

Além disso, a intensificação do trabalho docente deve contribuir para o adoecimento ainda maior da categoria



Foto: Shutterstock

Em universidades públicas, institutos federais e Cefets de todo o país, após a disseminação do novo coronavírus, as atividades presenciais e o calendário acadêmico foram suspensos. Poucas fizeram a transição imediata, des-preparada e compulsória para o ensino remoto, como foi o caso da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Mas, apesar da suspensão das atividades de ensino, em todas as instituições a comunidade acadêmica deu sequência, dentro das possibilidades, às atividades de pesquisa e extensão. Porém, agora, em meio à pandemia que atualmente ceifa mais de 1.000 vidas todos os dias no país, se discute a retomada do ensino, através de modalidade remota.

Passados alguns meses desde o início do distanciamento físico, se intensificaram as pressões, tanto do Ministério da Educação, dos governos Federal, estaduais e municipais quanto de muitos gestores, para a retomada do calendário acadêmico, inclusive com ameaças veladas de corte de salário.

Em algumas cidades, como Uberlândia (MG), até o Ministério Público Federal se manifestou pelo retorno imediato das atividades de ensino remoto, em uma expressa interferência na autonomia universitária.

“O ANDES-SN vem fazendo o debate sobre esse momento de excepcionalidade que estamos vivendo, a partir do reconhecimento de que as nossas ações, o nosso trabalho nas universidades públicas, cefets e institutos federais se organizam a partir de um tripé - ensino, pesquisa e extensão - previsto no artigo 207 da Constituição Federal. Nesse sentido, durante todo esse período da pandemia, em momento nenhum nós deixamos de trabalhar”, explica Eblin Farage, secretária-geral do ANDES-SN.

“Existem uma série de atividades que estamos realizando. Ou seja, não estamos parados. As instituições públicas de ensino têm muito a fazer neste momento, e, não necessariamente precisam cumprir a carga horária e o calendário acadêmico de ensino como se estivés-

semos vivendo uma normalidade das nossas condições de vida”, acrescenta.

A campanha criada pelo Sindicato Nacional “O que alguns de chamam balbúrdia, nós chamamos de produção de conhecimento público” trouxe alguns exemplos do que a comunidade acadêmica está fazendo nesse período. Foram listadas mais de duzentas atividades de pesquisa e extensão direcionadas ao combate à Covid-19 e em apoio à população, desenvolvidas nas universidades federais e estaduais, Cefet e Institutos Federais.

Ausência de diálogo

Poucas são as instituições que têm feito um amplo, democrático e abrangente debate com a comunidade acadêmica sobre o que fazer nesse momento. Em muitas, as opiniões de docentes, discentes e técnico-administrativos foram ignoradas. Resoluções têm sido aprovadas de forma aligeirada, sem considerar dos diversos aspectos envolvidos na retomada do calendário acadêmico de maneira remota.

Para Eblin, não basta apenas pensar uma forma que transponha o ensino presencial para o ensino a distância, porque, na avaliação do ANDES-SN, isso é impossível de ser realizado. Haverá perda de qualidade no processo de ensino/aprendizagem.

“Teremos perdas no sentido de uma educação dialógica, coletiva. Isso é muito importante ser frisado, porque faz com que o debate não se restrinja ao acesso ou não às tecnologias da informação, que é o que algumas universidades estão fazendo para impor o retorno do calendário através do ensino remoto”, pontua.

Desconhecimento da realidade

Além do aspecto tecnológico, a diretora do Sindicato Nacional aponta que muitas instituições estão atropelando o debate democrático e, ainda, ignorando os demais aspectos de impor o ensino remoto a discentes, docentes e técnicos nesse período de tantas incertezas e dificuldades materiais e subjetivas.

“Em muitas universidades, não estão sendo feitos levantamentos sobre as condições de vida, para além do acesso tecnológico, de estudantes e docentes. E, as que estão realizando, estão fazendo de forma muito precária. Os questionários atingem um percentual pequeno da comunidade acadêmica. Nem os questionários são construídos coletivamente, nem as respostas trabalhadas no âmbito da comunidade acadêmica. Mas essas respostas estão servindo para uma inferência no universo de toda a instituição, o que nem sempre condiz a realidade. Estamos tendo acesso a levantamentos que não atingem nem 40% dos estudantes. O que fazer com os outros 60% que se quer responderam ao questionário? A gente finge que eles não existem?”, questiona.

Por exemplo, na UFMS, segundo relato da seção sindical do ANDES-SN (Adufms SSind), a reitoria divulgou apenas as respostas positivas à implementação do ensino remoto. E, nem mesmo o questionário de avaliação institucional teve grande adesão. Até o final de junho, após a terceira prorrogação do prazo, apenas 23% da comunidade acadêmica havia respondido. A UFMS foi a primeira a fazer a transição imediata e obrigatória para o ensino remoto. Àqueles estudantes que não conseguirem se adequar, foi dada a opção de trancamento do curso.

Já na Federal de Santa Maria (UFSM), uma pesquisa da universidade apontou alguns dos desafios enfrentados pelos

docentes e discentes que aderiram à metodologia de ensino remoto, desenvolvida e disponibilizada pela instituição em março, denominada Rede.

Do questionário voltado aos docentes, 67% do total de professores da UFSM participaram. Destes, 54,3% afirmaram que estão encontrando dificuldades no trabalho remoto, 51,8% disseram ter problemas na transposição dos conteúdos do presencial para o virtual e 47,6% relataram ter uma conexão de internet de má qualidade.

Em relação aos estudantes, apenas 32% dos 25.877 mil discentes (8.289) responderam o questionário. Dos que participaram, 43% está no cadastro de Benefício Socioeconômico (BSE). Dentre os que responderam, 86% optaram e conseguiram participar do Rede.

Dos 14% que não participam do Regime Especial, 44% apontaram dificuldades psicológicas causadas pelo isolamento social, 34% dificuldades no contexto familiar, econômico ou de trabalho, 34% por não concordar com a adoção do Rede e, em quarto e quinto lugar, respectivamente, 29% apontou a baixa qualidade de internet e 29% equipamento de acesso inadequado ou com problema.

“Parece-nos que algumas das propostas que estão sendo levadas a cabo nas universidades desconsideram os amplos seguimentos da comunidade acadêmica, em especial de discentes, mas também de docentes e técnico-administrativos, que não têm condições de um retorno normal e que, portanto, vão ficar para trás nesse processo. Na nossa avaliação, do que vimos até agora, não há uma

proposta que não deixe ninguém para trás”, diz Eblin Farage.

A diretora do ANDES-SN reforça que a oferta de kits tecnológicos, que vem sendo apresentada como alternativa por algumas IFEs, é importante e deve ser feita, tanto para discentes quanto para os docentes, porque nem todos os docentes têm condições ideais para a realização do seu trabalho em estado remoto. Mas isso não é suficiente.

Para Eblin, não é só uma questão de garantir o acesso à tecnologia. Precisam ser consideradas as condições reais, materiais e subjetivas da vida de cada um, as condições de estudo dentro de casa, a conciliação com um conjunto de outras tarefas no âmbito da família e da casa, que nem sempre permitem condições para o acompanhamento de uma disciplina regular. O resultado quase certo desse processo será o aprofundamento da exclusão na Educação, com altos índices de evasão e trancamento de matrículas e a precarização da qualidade do ensino e aprendizagem.

“Essas universidades que impuseram o ensino remoto desde março, por exemplo, sem nenhum levantamento, sem nenhum debate com a comunidade acadêmica, fizeram uma opção pela exclusão de importantes segmentos, em especial de discentes. Me parece que esse é um erro profundo, porque essa modalidade, aliada a essa forma de ser conduzida, pode levar a uma das formas mais perversas de exclusão que nós tivemos nos últimos tempos dentro das instituições públicas de ensino”, frisa a secretária-geral do ANDES-SN.





FOTO: SHUTTERSTOCK

Alternativa

Para o ANDES-SN, existem alternativas ao ensino remoto, as quais podem ser pensadas e construídas, em conjunto, pela comunidade acadêmica. Algumas instituições vêm realizando seminários, congressos e outros espaços de debate, troca de conhecimento e desenvolvimento da formação sem que essas atividades sejam consideradas obrigatórias ou parte do calendário acadêmico. Muitas ajudam também a refletir sobre o momento da pandemia nas mais diferentes áreas de conhecimento, sem contribuir para ampliar a desigualdade social.

“Essas são algumas das alternativas. E, se nos dispusermos a pensar juntos, coletivamente, mais propostas podem surgir. O problema é que, hoje, a comunidade acadêmica está pressionada entre o desejo dos gestores e o autoritarismo do governo federal e dos governos estaduais e municipais para a retomada do trabalho remoto sob a ameaça de mais perdas de direitos, inclusive salarial. Então, nessa condição, sob a batuta do medo, da ameaça, da falta de diálogo, é muito difícil construir coletivamente”, analisa a diretora do Sindicato Nacional.

Eblin reforça que é necessário pensar a realidade das instituições nesse momento excepcional de pandemia, mas considerando alguns pressupostos. Primeiro, que por não vivenciarmos um momento de normalidade, não é possível impor um ritmo de normalidade. Para ela, isso apenas favorece aos interesses que vêm historicamente tentando desestruturar a educação pública brasileira e sucatear os serviços públicos, transformando direitos em mercadoria.

O segundo ponto é que todas as alternativas para a comunidade acadêmica têm que ser construídas coletivamente. Nenhuma proposta individual, ou imposta por gestores, ou que não passem por um amplo debate podem ser aceitas pela categoria docente.

“Terceiro, devemos reafirmar que a educação e a universidades públicas que nós defendemos são absolutamente antagônicas a qualquer projeto excludente. Nesse sentido, não podem ficar de fora de qualquer possibilidade de ensino, pesquisa e extensão, nesse momento da pandemia, os jovens da periferia, os negros e as negras, os LGBTQs, os ribeirinhos, os quilombolas, os povos indígenas, as mulheres e as pessoas com deficiência. Se alguém fica de fora ou se determinados seguimentos ficam de fora, isso rompe a perspectiva de educação que nós defendemos e, portanto, devem ser por nós rejeitado”, conclui.

Ela aponta que serão excluídos justamente aqueles segmentos que adentraram a universidade no último período pelas cotas sociais, e que nem sempre têm as condições materiais e subjetivas para acompanhar o ensino remoto. Com isso, poderá ocorrer um aumento no abandono dos cursos, criando um novo processo de elitização da educação, em especial das universidades públicas.

“E a universidade passa a ser mais um elemento de aprofundamento da desigualdade social, na medida em que ela vai permitir com que alguns se formem antes de outros e acessem, antes ou em condições mais desiguais, o mercado de trabalho que, neste momento, está absolutamente em crise”, complementa.

TIC

Outro elemento importante a ser considerado na adoção de qualquer proposta remota de ensino são as plataformas tecnológicas utilizadas. Em vez de adotar plataformas públicas, desenvolvidas pelas próprias instituições, algumas universidades vêm optando por ferramentas de grandes conglomerados tecnológicos.

Além de permitir a essas empresas o acesso ao conhecimento ali disponibilizado e a dados pessoais da comunidade acadêmica, essa é mais uma forma de transferência de recursos públicos, que deveriam ser investidos na educação, ciência e tecnologias públicas, para empresas privadas.

“A tecnologia é só um dos aspectos, temos que considerar as questões subjetivas também, condições de saúde e outras dimensões da vida. E, ao

considerar as questões tecnológicas, nós temos que levar em conta não só o acesso, mas também a necessidade de democratização das tecnologias da informação. A subordinação aos grandes conglomerados deve ser combatida por nós”, ressalta.

Saúde docente

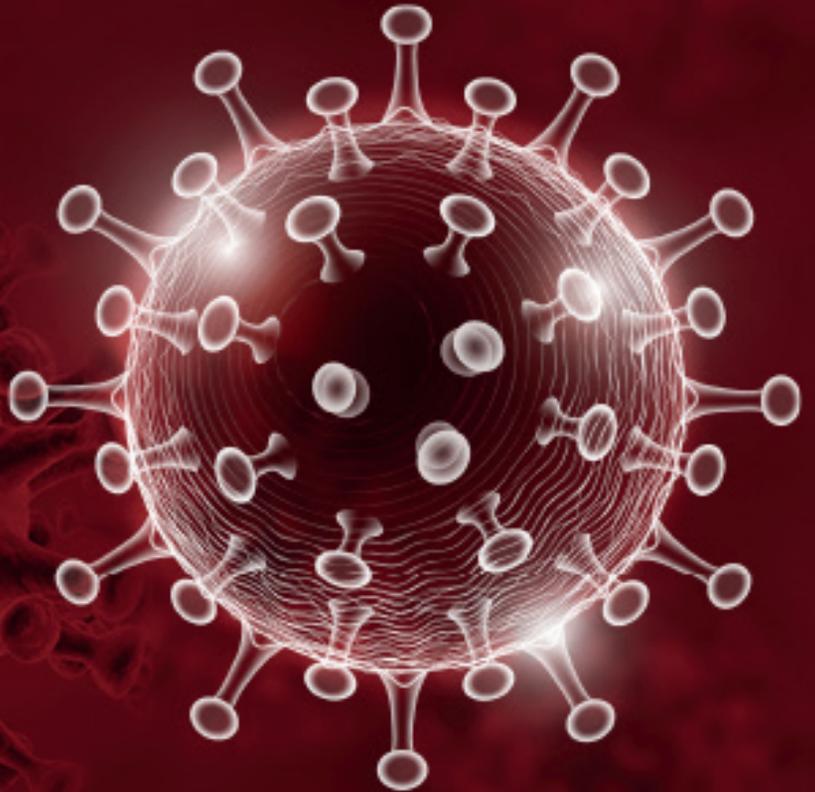
Relevante destacar também que esse processo açodado de implementação do ensino remoto contribui para a intensificação do adoecimento docente. Pois, além da pressão e vigilância impostas que podem se configurar em assédio, o uso constante das tecnologias, com as quais nem todos são familiarizados, amplia as possibilidades de adoecimento físico e mental.

A elevação da carga de trabalho se dá, ainda, em condições subjetivas desfavoráveis, uma vez que muitas e muitos docentes têm que lidar com o teletrabalho em meio a afazeres domésticos e demandas familiares.

“O ritmo de trabalho tem sido muito intensificado nesse período da pandemia. São muitas reuniões, leituras, estudos, enfim, um conjunto de atividades online que também podem gerar o adoecimento dos docentes, como já temos relato. Aliado, obviamente, à essa condição de excepcionalidade que tem deixado a categoria subjetivamente fragilizada. Inclusive, alguns professores têm adoecido, ficado em depressão. O que nós deveríamos estar preocupados nesse momento é em preservar a saúde mental também dos docentes e dos técnicos administrativos. E não que o trabalho seja mais um elemento de adoecimento e pressão sobre nós”, afirma Eblin.

Revitalizar o SUS para salvar vidas

Embora sem alimentar ilusões, é preciso construir uma unidade de ação para derrotar o projeto deste governo genocida



Em um momento em que combinamos apagão de dados, total ausência de planejamento e inobservância de medidas preventivas básicas frente aos desafios trazidos pelo novo coronavírus, parece difícil lembrar que o Brasil foi exemplo mundial no combate à uma outra pandemia gravíssima, a da AIDS, surgida nos anos 1980. Na ocasião, uma combinação de pesquisas epidemiológicas e ênfase em Educação em Saúde Pública colocou o país no topo da comunidade científica, chegando inclusive a quebrar tabus, com a ampla distribuição, e divulgação da importância do uso de camisinhas.

Hoje, a utilização de máscaras, amplamente difundida como eficaz e adotada em diversos locais do mundo, é objeto de polarização ideológica no Brasil. Não há acordo sequer na prescrição ou não de medicamentos, conforme recomendação dos organismos internacionais de saúde.

“O Brasil é hoje um dos piores, senão o pior, país do mundo no enfrentamento da pandemia”, lamenta Lúcia Souto, mestre em Saúde Coletiva, professora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e presidenta do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes). Para ela, esclarecimento e educação são os itens básicos para ultrapassar a grave crise sanitária que atravessamos. “A grande alma de uma crise inédita como essa é a comunicação”, afirma.

“Precisamos de dados epidemiológicos confiáveis e localizados, uma vez que vivemos em um país de dimensões continentais. A ausência de liderança é catastrófica nesse momento. A comunicação diária, clara e objetiva é insubstituível. Ao invés, o Ministério da Saúde oculta informações, o que levou à criação de um colegiado de imprensa paralelo, uma necessidade grotesca”, destaca.

Para Lúcia, a receita para vencer o coronavírus passa por atenção básica, testagem maciça, isolamento social, inclusive recorrendo a hotéis e outros estabelecimentos se necessário e, sobretudo, auxílio financeiro aos mais fragilizados. “São necessárias medidas de proteção social robustas. O Cebes defende postergar ou, de preferência, perenizar a renda universal básica, única forma de amenizar a abissal desigualdade existente no país, exposta ainda mais pela pandemia”, acrescenta.

Informação é o melhor remédio

Para combater a doença, seria de extrema importância saber a prevalência e distribuição de casos de Covid-19 no país. Entretanto, sequer temos informações precisas sobre a quantidade de óbitos causados pelo novo coronavírus.

Gilberto Calil, professor de História da Unioeste, destaca que os números oficiais expressam apenas uma parcela dos óbitos, deixando de considerar dois outros grupos: o dos que morrem em casa e que mesmo tendo sintomas indicativos de Covid-19, não são sequer contabilizados; e o dos que morrem em ambiente hospitalar, com sintomas compatíveis aos causados pela Covid-19, mas que não são testados. Neste caso, o óbito é registrado como Síndrome Respiratória Aguda Grave (“não identificada”).

“É muito difícil estimar o número de óbitos decorrentes de Covid-19 nesta situação, restando apenas a comparação do número total de óbitos, desconsiderando aqueles por causas externas, como homicídio e acidentes, em relação ao ano anterior”, destaca o professor.

“Além disto, o Ministério da Saúde segue propagando o número de “recuperados” como se fosse um dado positivo, ignorando as diversas pesquisas que indicam que mesmo entre os sobreviventes há diversas sequelas, que só poderão ser adequadamente avaliadas com o tempo”, afirma.

Para Calil, o número de “recuperados”, além de ser artificialmente inflacionado pelos critérios arbitrários utilizados, só indicaria avanço na contenção da pandemia se fosse superior ao de novos casos, o que não ocorre.

Vírus da desigualdade é **patologia social** estruturante da nossa sociedade

Enquanto 55% de pretos e pardos morreram por Covid-19, índice ficou em 38% entre pessoas brancas



Foto: Shutterstock

Negros são mais suscetíveis a contrair e a morrer por Covid-19 por diversos fatores que, juntos, apontam para uma mesma causa: o racismo estrutural decorrente da herança da escravidão. A doença, que chegou ao Brasil na bagagem de turistas da parcela mais abastada da sociedade, começou vitimando trabalhadores da parcela mais fragilizada da classe: empregadas domésticas, aqueles na linha de frente do atendimento de enfermagem, trabalhadores de serviços essenciais e os que não foram liberados pelos seus patrões, além dos informais, uma imensa massa de pessoas que têm que trabalhar a cada dia para garantir a refeição cotidiana.

As múltiplas causas da vulnerabilidade da camada mais pobre, formada majoritariamente pela população negra, têm razões históricas e deixam milhares ainda mais expostos à pandemia do

novo coronavírus. Um dos fatores que aumenta o risco de contrair a doença é a desigualdade no acesso ao sistema de saúde, o que contribui para a prevalência de comorbidades, como hipertensão e diabetes. A localização geográfica da moradia dessa parcela da sociedade agrava ainda mais esse quadro: se, por um lado, a distância física de centros de atendimento em saúde é um complicador ao tratamento, a falta de saneamento básico é algo que inviabiliza as medidas de higienização recomendadas - em comunidades que sequer têm acesso à água. Além disso, as pequenas residências com grande número de habitantes, dificulta o distanciamento social e isolamento.

Para Erlando Rêses, 3º tesoureiro do ANDES-SN, a distribuição demográfica nos territórios ilustra bastante bem a relação entre desigualdade social, pandemia, pobreza e raça negra. Segundo ele, a demarcação do avanço do racis-

mo estrutural fez com que surgissem contingentes populacionais em regiões periféricas. “O fato da população negra ter sido alijada da posse da terra, desde a chamada Lei de Terras no século XIX, fez com que o grupo oriundo de um processo de mais de 350 anos de escravidão ficasse perambulando, sem terra, sem emprego e sem escolaridade”, explica.

A consequência direta foi a formação de uma população mais suscetível a doenças, acentuando a exclusão social em vários aspectos da sociedade brasileira, refletida no acesso às políticas públicas serviços, como saúde e educação. Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), a população brasileira é constituída por 46,8% de pardos, 42,7% de brancos, 9,4% de pretos e 1,1% de amarelos e indígenas. Dentro da população negra e parda, a mais numerosa no Brasil, 67% dependem do Sistema Único de Saúde (SUS).

Subnotificação de dados

Os números de contaminados, para Erlando, são ao mesmo tempo assustadores e misteriosos. “Temos um presidente que aplica a necropolítica, um genocida, negacionista, além da ausência do ministro da Saúde, que recusa a divulgação de números atualizados, a ponto de dependermos da formação de um consórcio de mídias para a veiculação de dados corretos”, frisa.

O diretor do Sindicato Nacional destaca, ainda, que quando a doença passa a atingir mais pobres e negros, ao invés dos turistas endinheirados, é o momento em que alguns governantes começam a falar em flexibilização e reabertura do comércio. “Nós enfatizamos em alto e bom tom que a vida está acima dos lucros, pedindo que governos sejam mais rigorosos no enfrentamento à pandemia”, afirma.

Levantamentos realizados com o intuito de driblar a imprecisão de informações oficiais apontam para a desigualdade racial na disseminação da doença, como é o caso de um estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, da PUC-Rio. O estudo confirma a morte de um número maior de pretos e pardos por Covid-19 no Brasil do que de brancos.

O Núcleo analisou variáveis demográficas e socioeconômicas em cerca de 30 mil casos de notificações de Covid-19 até 18 de maio, disponibilizados pelo Ministério da Saúde. Os resultados mostraram que, enquanto 55% de pretos e pardos morreram vítimas da doença, o índice ficou em 38% entre pessoas brancas. Outro achado foi que a letalidade varia também conforme o nível de escolaridade, diminuindo em proporção inversa a esse valor. Pessoas com nível educacional superior morreram três vezes menos (22,5%) do que aquelas com menor escolaridade (71,3%).

Mortes naturais também refletem a desigualdade racial

O registro de óbitos reunidos por cartórios do país mostram que morreram, por causas naturais, três vezes mais negros do que brancos durante a pandemia do que no mesmo período do ano anterior. Sem o recorte de raça, esse mesmo índice aumentou 13%, segundo dados do Portal da Transparência da Arpen Brasil (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais), que reúne os registros feitos pelos cartórios brasileiros.

A alta na mortalidade atinge raças de maneira diferente, com um cresci-

mento 3,4 vezes maior entre pretos e pardos do que entre brancos. Excluídas mortes por violência ou acidentais, 9,3% mais brancos perderam a vida entre 16 de março e 30 de junho de 2020, em relação ao mesmo período de 2019. Já entre os pretos, a alta foi de 31,1%, entre os pardos, 31,4% e entre a população indígena, 13,2%.

Os dados mostram, ainda, que os óbitos causados por doenças respiratórias no Brasil, que além da Covid-19, incluem insuficiência respiratória, pneumonia, septicemia e SRAG (Síndrome Respiratória Grave) cresceram 34,5% durante o período da pandemia. Entre pardos esse aumento alcançou 72,8%; seguido por pretos (70,2%) e indígenas (45,5%); entre os brancos foi de 24,5%.

Os dados apontam que um dos elementos fundamentais para ultrapassar a grave crise sanitária, política e social que o país enfrenta, é o reconhecimento do racismo como estrutural. O diretor do Sindicato Nacional destaca que é preciso colocar o enfrentamento ao racismo no centro do combate às desigualdades e no acesso à saúde pública, além de ampliar o investimento no SUS. “A mortalidade brasileira tem seletividade e escancara a segregação social e racial”, conclui Erlando Rêses.

